

SCIENTIA RURAL

Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – CESCAGE

www.cescage.edu.br/publicacoes/scientiarural

19ª Ed./JAN-JUL/2019

ISSN 2178 – 3608

EDUCADORES(AS) AMBIENTAIS NO BRASIL DA PÓS-MODERNIDADE: FORMAÇÕES ACADÊMICAS, ÁREAS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL E PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES LABORAIS

MARCOS PEREIRA DOS SANTOS¹; DAMARYS VASCONCELLOS DO PRADO²

RESUMO: O presente artigo científico, de viés bibliográfico e abordagem qualitativa de pesquisa, tem como objetivo central efetuar análises crítico-reflexivas concernentes às formações acadêmicas (inicial e continuada), às áreas de atuação profissional e às principais atribuições laborais de educadores(as) ambientais no Brasil da pós-modernidade. Para tanto, o trabalho de investigação científica se encontra didática e metodologicamente estruturado em quatro partes distintas, quais sejam: Inicialmente, apresentamos algumas notas preliminares sobre Educação e Educação Ambiental. A seguir, são realizados alguns apontamentos alusivos às formações acadêmicas inicial e continuada de educadores(as) ambientais no Brasil do século XXI. Na sequência, busca-se tecer breves comentários referentes aos(às) educadores(as) ambientais e seus campos de atuação profissional no Brasil contemporâneo. *A posteriori*, trazemos a lume uma visão panorâmica acerca das principais funções laborais de educadores(as) ambientais no contexto brasileiro dos dias atuais. Por fim, à guisa de considerações finais, são efetuados alguns excertos reflexivos atinentes aos pontos mais relevantes, significativos e nevrálgicos inerentes à temática abordada.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental, Educadores(As) Ambientais, Formação Acadêmica, Atuação Profissional, Processo Ensino-Aprendizagem.

ENVIRONMENTAL EDUCATORS IN POST-MODERNITY AT THE BRAZIL: ACADEMICS TRAININGS, PROFESSIONAL ACTIVITY AREAS AND MAIN LABORS ALLOCATIONS

ABSTRACT: The present scientific article, with a bibliographical bias and a qualitative approach to research, has as its centrally objective to carry out critical-reflexive analyzes concerning the academic formations (initial and continued), the areas of professional activity and the main work assignments of environmental educators in Brazil of post-modernity. In order to do so, the scientific research work is structured and didactically structured in four

¹ Pós-Doutor (PhD) em Ensino Religioso pelo Seminário Internacional de Teologia Gospel (SITG) – Ituiutaba/MG. Pesquisador em Ciências da Educação e Ciências da Religião. Professor universitário em Ponta Grossa/PR. *Endereço eletrônico:* mestrepedagogo@yahoo.com.br

² Doutora em Ciências Ambientais pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) – Piracicaba/SP. Pesquisadora em Educação Ambiental. Professora adjunta do Departamento de Biologia da Faculdade Sul Mineira (FASULMG) – São Lourenço/MG. *Endereço eletrônico:* damarysvprado@ig.com.br

distinct parts, namely: Initially, we present some preliminary notes on Education and Environmental Education. Next, some notes are made allusive to the initial and continuing academic formations of environmental educators in Brazil in the 21st century. In the sequence, we seek to make brief comments regarding environmental educators and their fields of professional activity in contemporary Brazil. Subsequently, we bring to the fore a panoramic view about the main labors functions of environmental educators in the brazilian context of the present day. Finally, as a endings considerations, some reflective excerpts are made regarding the most relevant, significant and neuralgic points inherent to the subject matter.

KEYWORDS: Environmental Education, Environmental Educators, Academic Training, Professional Activity, Teaching-Learning Process.

1 INTRODUÇÃO

Sejam as seguintes inquirições para início de conversa: O que é como se faz Educação Ambiental? Educação Ambiental: para que e para quem? Quem são e quais atividades profissionais desempenham os(as) educadores(as) ambientais?

Tanto a área de Educação Ambiental quanto a profissão de educador(a) ambiental são, ambos, relativamente novos em termos históricos; notadamente no contexto brasileiro.

Nesse sentido, e sem a pretensão de fornecer respostas “prontas e acabadas” às indagações apresentadas *a priori*, este artigo científico, de cunho essencialmente bibliográfico e abordagem qualitativa de pesquisa, tem como objetivo central realizar algumas análises crítico-reflexivas alusivas às formações acadêmicas (inicial e continuada), às áreas de atuação profissional e às principais atribuições laborais de educadores(as) ambientais no Brasil da pós-modernidade.

Para tanto, o *corpus* textual do presente trabalho de investigação científica se encontra didática e metodologicamente estruturado em quatro partes distintas, a saber: 1ª) Educação e Educação Ambiental: notas preliminares; 2ª) Formações acadêmicas inicial e continuada de educadores(as) ambientais no Brasil do século XXI: alguns apontamentos; 3ª) Educadores(as) ambientais e seus campos de atuação profissional no Brasil contemporâneo: breves comentários; e 4ª) Principais funções laborais de educadores(as) ambientais no contexto brasileiro dos dias atuais: uma visão panorâmica.

Assim sendo, as discussões trazidas a lume têm como aportes teóricos basilares algumas pesquisas científicas desenvolvidas por célebres estudiosos(as), de renome nacional e internacional, oriundos(as), em específico, das áreas de Ciências da Educação, Ciências Biológicas e Ciências Ambientais, subárea de Educação Ambiental, tais como: Boschilia (2014), Both (1982), Brandão (1981), Cruz (2017), Ecco (2014), Gonçalves (2002), Libâneo (1999), Loureiro (2004), Pelicioni; Badue (2018), Reigota (1997; 2004), Rodrigues (2009), dentre outros(as).

Posto isto, almejamos sinceramente que este artigo acadêmico-científico possa contribuir para a ampliação do arcabouço teórico existente na área de Educação Ambiental e servir, de forma direta ou indireta, como primorosa fonte de estudos (individuais ou coletivos) e pesquisas científicas a pesquisadores(as), educadores(as), professores(as), biólogos(as), geógrafos(as), agrônomos(as), engenheiros(as) florestais e demais profissionais interessados(as) em ampliar e/ou aprofundar seus conhecimentos teórico-científicos acerca da temática abordada.

SCIENTIA RURAL

Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – CESCAGE

www.cescage.edu.br/publicacoes/scientiarural

19ª Ed./JAN-JUL/2019

ISSN 2178 – 3608

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: NOTAS PRELIMINARES

No intuito de que seja possível melhor compreender como ocorrem as formações acadêmicas (inicial e continuada) de educadores(as) ambientais, bem como tecer comentários acerca das áreas de atuação profissional e principais funções/atribuições laborais desses(as) profissionais no Brasil do século XXI, faz-se mister apresentar, *a priori*, algumas conceituações sobre Educação e Educação Ambiental; em específico.

Sabe-se que a concepção de Educação é ampla, assim como abrangentes são também os seus ramos e sub-ramos (Filosofia da Educação, Didática, Sociologia Educacional, Psicologia da Educação, Biologia Educacional, Educação Ambiental, etc.), as suas modalidades (formal, informal, não formal, presencial, semipresencial, a distância, dentre outras) e os seus campos de trabalho (escolas, colégios, faculdades, universidades, institutos educacionais, centros de pesquisa científica, empresas, organizações não governamentais – ONGs, sindicatos, hospitais, etc.).

Posto isto, podemos dizer que, etimologicamente, o termo Educação, em latim, vem de *educationem* ou *educatio* que, por sua vez, origina-se do verbo latino *educare* e este último tem sua derivação filológica do verbo latino *educere* (BUENO, 1966); cujos significados são notadamente distintos, a saber:

“Educare”, considerando o sentido original da palavra, significa criar, nutrir, orientar, ensinar, treinar, conduzir o indivíduo de um ponto onde ele se encontra para outro que se deseja alcançar. Refere-se à ação do docente sobre o discente, cujo objetivo centra-se no desenvolvimento mental e moral do educando, preparando-o, mediante instrução sistemática, para inserir-se na sociedade. Observa-se que, nesse particular, a *iniciativa educacional, cabe ao educador* que fornece os elementos necessários para o educando, afim de que possa desenvolver-se, caracterizando um processo de conotação exógena, isto é, *de fora para dentro*. E o educando assemelha-se a um receptáculo de informações e orientações fornecidas pelo educador. Deste modo, a *relação pedagógica centra-se no ensinar*. E *“educere”*, por sua vez, etimologicamente, significa extrair, fazer nascer, tirar de, provocar a atualização de algo latente, promover o surgimento, *de dentro para fora*, das potencialidades que o indivíduo possui. E considerando essa derivação, o verbo educar contém uma forte conotação puericêntrica. Tendo em vista o processo educacional, *a iniciativa, nessa situação, cabe mais ao educando* do que ao educador, uma vez que nesse vocábulo, predomina o “auto”, o “endo”, o interno. Assim, a *centralidade da relação pedagógica consolida-se e se configura no aprender* (e não no ensinar), a partir de metodologias ativas, pois o educando é concebido como um ser de potencialidades. (ECCO, 2014, p.1; grifos nossos)

Nesse sentido, a Educação pode ser caracterizada, de acordo com Libâneo (1999, p.24), como “[...] prática social, portanto enraizada no contexto geral da sociedade, e inclui como agentes múltiplas instituições e práticas”. Isto implica afirmar que a Educação ocorre em diferentes locais, espaços, instâncias, contextos, situações, modalidades, instituições e circunstâncias, associando-se a diversos processos de comunicação e interação pelos quais os membros de uma sociedade adquirem informações, conhecimentos, saberes, capacidades,

SCIENTIA RURAL

Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – CESCAGE

www.cescage.edu.br/publicacoes/scientiarural

19ª Ed./JAN-JUL/2019

ISSN 2178 – 3608

habilidades, competências, métodos, técnicas, atitudes, hábitos e valores existentes no meio histórica e socioculturalmente organizado.

Portanto, é notório e tautológico que:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações. [...] Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante. (BRANDÃO, 1981, p.7-9; destaques nossos)

Assim sendo, podemos dizer, fazendo nossas as palavras de Reigota (2004, p.10-12; grifos nossos), que a Educação Ambiental, como Ciência propriamente dita e subárea das Ciências da Educação (Biologia Educacional, Educação Geográfica, dentre outras) e também das Ciências Ambientais (Geografia, Biologia, Agronomia, Engenharia Florestal, Biologia Marinha, etc.), necessita:

[...] ser entendida como *educação política*, no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a Natureza. A *Educação Ambiental* como educação política *ênfatiza antes a questão “por que” fazer do que “como” fazer*. Considerando que a Educação Ambiental surge e se consolida num momento histórico de grandes mudanças no mundo, ela tende a questionar as opções políticas atuais e o próprio conceito de Educação vigente, exigindo-a, por princípio, criativa, inovadora e crítica. [...] A Educação Ambiental deve orientar-se para a comunidade. Deve procurar incentivar o indivíduo a participar ativamente da resolução dos problemas no seu contexto de realidades específicas.

Seguindo esta mesma linha de pensamento, pode-se afirmar ainda que Educação Ambiental:

[...] é uma perspectiva que se inscreve e se dinamiza na própria Educação, formada nas relações estabelecidas entre as múltiplas tendências pedagógicas e do ambientalismo, que têm no “ambiente” e na “Natureza” categorias centrais e identitárias. Neste posicionamento, a adjetivação “ambiental” se justifica tão somente à medida que serve para destacar dimensões “esquecidas” historicamente pelo fazer educativo, no que se refere ao entendimento da vida e da Natureza, e para revelar ou denunciar as dicotomias da modernidade capitalista e do paradigma analítico-linear, não dialético, que separa: atividade econômica, ou outra, da totalidade social; sociedade e Natureza; mente e corpo; matéria e espírito; razão e emoção; etc. (LOUREIRO, 2004, p.82)

Face ao exposto, convém salientar que a Educação Ambiental, enquanto exigência da pós-modernidade, vem sendo compreendida teoricamente e realizada de forma prática com base na(s) definição(ões) e concepção(ões) de *meio ambiente* – tema transversal e expressão que, em geral, tem sido utilizada, para “[...] indicar um “espaço” (com seus componentes bióticos e abióticos e suas interações) em que um ser vive e se desenvolve, trocando energia e interagindo com ele, sendo transformado e transformando-o”. (BRASIL, 1997, p.31)

Tendo em vista que existem inúmeras definições conceituais de meio ambiente, as quais apresentam um caráter difuso e variado, não havendo consenso na comunidade científica em geral, Reigota (1997) assevera que a noção de meio ambiente não consiste, em si, num conceito científico, mas numa representação social, isto é, no senso comum que se tem acerca de determinado tema, onde estão presentes ideologias, preconceitos e características específicas das atividades cotidianas sociais e profissionais das pessoas; conforme apregoa Moscovici (1978) no contexto de suas pesquisas científicas.

2.2 FORMAÇÕES ACADÊMICAS INICIAL E CONTINUADA DE EDUCADORES(AS) AMBIENTAIS NO BRASIL DO SÉCULO XXI: ALGUNS APONTAMENTOS

Grosso modo, o termo educador(a) apresenta conceituações, conotações e diferenças teórico-práticas notadamente salutares em relação aos vocábulos preceptor(a), professor(a), mestre(a), supervisor(a), orientador(a), tutor(a), instrutor(a) e mentor(a); haja vista que cada uma dessas funções/profissões possui peculiaridades, identidades e características distintas. (BOTTI; REGO, 2008)

Sendo a palavra educador(a) deveras abrangente, originária do latim *educatore* e tomada no sentido de quem educa, cuida, dá valores e ensina o aluno a questionar e a ter raciocínio lógico e senso crítico, dialogando reflexivamente para ampliar o seu repertório de conhecimentos e saberes científicos, segundo o que postula Bueno (1966), é possível assegurar que nos dias atuais (ainda) não existe, no Brasil, um curso universitário específico, em nível de graduação (bacharelado, licenciatura ou de tecnologia), para a formação de educadores(as) ambientais.

Dizemos isso, porque nem mesmo os cursos de formação inicial de Bacharelado em Ciências Biológicas, Licenciatura em Ciências Biológicas, Bacharelado em Agronomia, Bacharelado em Engenharia Florestal, Bacharelado em Biologia Marinha, Bacharelado em Geografia, Licenciatura em Geografia, Licenciatura em Pedagogia, Tecnologia em Gestão Ambiental, dentre outros de cunho similar, possuem credenciamento, autorização e/ou reconhecimento do Ministério da Educação (MEC), do Governo Federal brasileiro, para outorgar o título acadêmico de educador(a) ambiental; uma vez que tais cursos apenas apresentam em sua grade curricular algumas disciplinas (teóricas, práticas ou teórico-práticas), obrigatórias ou optativas, de: Educação Ambiental, Biologia Educacional, Meio Ambiente e Diversidade, Ética Ambiental, Urbanismo e Planejamento Ambiental, Didática das Ciências Biológicas, Metodologia e Prática de Ensino de Ciências e Biologia, etc.

Afora essas questões, vale enfatizar que os cursos de formação continuada (pós-graduação, complementação pedagógica, extensão universitária, capacitação, atualização e aperfeiçoamento) em Educação Ambiental, Ensino de Biologia, Biologia Educacional, Ciências Ambientais, Auditoria e Perícia Ambiental, Engenharia Florestal, Gestão Ambiental, dentre outros de viés congênere, ofertados, no Brasil, em nível de especialização e MBA (pós-graduação *lato sensu*) e de mestrado, doutorado, pós-doutorado e livre-docência (pós-graduação *stricto sensu*), também não formam educadores(as) ambientais (no sentido literal da expressão!), embora na maioria das vezes os(as) estudantes egressos(as) desses cursos venham a ser considerados(as) pela sociedade civil organizada como “autênticos(as) educadores(as) ambientais”; o que, ao nosso ver, se constitui numa grande falácia (*fake*) e num grave erro de entendimento.

SCIENTIA RURAL

Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – CESCAGE

www.cescage.edu.br/publicacoes/scientiarural

19ª Ed./JAN-JUL/2019

ISSN 2178 – 3608

Em outras palavras, isto significa afirmar que o uso trivial da expressão *educador ambiental* ou *educadora ambiental* é inadequado e incorreto, consistindo numa verdadeira “maquiagem pedagógica”, em conformidade com o que pontua Santos (2013), ou ainda num “desvio semântico” (OLIVEIRA, 2009; ANDRADE, 2012), levando as pessoas a interpretações e compreensões de cunho inosso e sofismático.

Portanto, a formação acadêmica específica de educadores(as) ambientais inexistente no Brasil até o presente momento, salvaguardando alguns casos (polêmicos!!!) atinentes aos cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* em Educação Ambiental ofertados por algumas instituições brasileiras de Ensino Superior, configurando-se assim como uma temática possível de ser re-pensada, *a posteriori*, pelas autoridades governamentais e universidades brasileiras, tendo em vista atender às reais demandas e necessidades emergenciais da sociedade brasileira contemporânea. Trata-se, pois, de um dever, isto é, de um vir a ser (ou tornar-se), devenir.

Ademais, tendo como base nossa vasta experiência profissional docente em cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, especificamente voltados à área educacional, incluindo-se aí os cursos de pós-graduação em Educação Ambiental, somos levados a asseverar que a maioria desses cursos, direta ou indiretamente, priorizam mais as disciplinas curriculares de cunho teórico, relegando a segundo plano as disciplinas curriculares de viés teórico-prático ou de caráter essencialmente prático (aulas em laboratórios experimentais, visitas técnicas, práticas de ensino, intervenções pedagógicas, estágios curriculares supervisionados, etc.).

Em suma: observa-se que há uma prevalência massiva do aspecto teórico e/ou técnico em detrimento da abordagem pedagógica, visto que, de acordo com Libâneo (1999, p.22), “o pedagógico refere-se a finalidades da ação educativa, implicando objetivos sociopolíticos a partir dos quais se estabelecem formas organizativas e metodológicas da ação educativa”.

Nesse contexto, podemos dizer que do(a) educador(a) se espera uma preparação profissional de elevada consciência crítica, comprometido(a) com um certo projeto de sociedade e com formação de cientista social (ULHÔA, 1981), haja vista que, na concepção de Both (1982, p.31), “[...] a amplitude de educação não abrange somente os eventos escolares. Dessa forma, educador não é apenas o mestre ou técnico escolar, mas aquele que se prepara para desempenhar suas mais diversas funções nos mais diferentes setores da sociedade”.

Por ser a Educação Ambiental uma área inter, multi, pluri e transdisciplinar (BRASIL, 1997), não se faz necessária uma formação específica nesse campo científico, até porque ela inexistente atualmente no Brasil. Biólogos(as), geógrafos(as) e pedagogos(as) talvez sejam as formações acadêmicas predominantes entre os(as) educadores(as) ambientais. Mas, há também profissionais formados(as) em Gestão Ambiental, Engenharia Florestal, Engenharia Ambiental, Tecnologia em Meio Ambiente, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Turismo, Educação Física, Ciências Sociais, Psicologia, Direito e em vários outros cursos de graduação atuando como educadores(as) ambientais.

Mesmo sabendo-se que a formação no Ensino Superior não é obrigatória para atuar como educador ou educadora ambiental, não se pode desconsiderar o fato de que possuir um diploma universitário torna o(a) educador(a) ambiental bem mais valorizado(a) no competitivo mercado de trabalho dos dias atuais.

Diante do panorama delineado, podemos constatar que a Educação Ambiental acolhe, inclusive, diversas formações acadêmicas profissionais, o que traz uma contribuição sem igual para este campo do saber científico, bem como uma preocupação com a qualidade do trabalho a ser realizado, visto que a Educação Ambiental nos exige muitos conhecimentos científicos em áreas bem distintas umas das outras.

2.3 EDUCADORES(AS) AMBIENTAIS E SEUS CAMPOS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: BREVES COMENTÁRIOS

Caso uma pessoa se identifique com a área de Educação Ambiental, é provável que ela já tenha cogitado atuar profissionalmente como educador ou educadora ambiental. E, devido a isso, talvez já tenha indagado o seguinte: Quem é o(a) educador(a) ambiental? Qual a formação acadêmica necessária? Onde pode trabalhar um educador ou uma educadora ambiental? Qual é o perfil das pessoas que trabalham na área de Educação Ambiental? O quanto a profissão de educador(a) ambiental é valorizada?

Responder a tais inquirições é uma tarefa deveras desafiadora, justamente pelo fato de as mesmas apresentarem uma das características mais belas da Educação Ambiental: *a diversidade*. (BRASIL, 1997)

Apesar de parecer uma parte muito particular da área ambiental, a Educação Ambiental é, na concepção de Cruz (2017), um mundo de possibilidades: primeiro, porque cada um(a) de nós pode atuar como educador(a) ambiental sem, necessariamente, ser um(a) profissional específico(a) da área. São os(as) denominados(as) *educadores(as) ambientais populares*, ou seja, pessoas que inspiram, ensinam e aprendem com a sua comunidade sobre formas de pensar e agir para a (re)construção de um mundo mais justo, equânime, desenvolvido e biologicamente sustentável. Em segundo lugar, porque mesmo atuando profissionalmente, os contextos sociais, as formações profissionalizantes e as práticas profissionais são muito variados.

Com efeito, mesmo havendo polêmicas e dissonâncias conceituais-ideológicas que gravitam em torno da profissão de educador(a) ambiental, no Brasil dos dias atuais, existem vários campos de trabalho em que este(a) profissional da educação pode atuar, tais como em escolas e colégios de Educação Básica, faculdades, universidades, Institutos de Educação, órgãos de fomento à pesquisa científica, laboratórios de experimentação científica, sindicatos, entidades governamentais (esferas pública municipal, estadual e federal), dentre outros.

Além destes locais, os educadores e as educadoras ambientais também podem desenvolver atividades em outros espaços do setor público, a saber: Secretarias de Meio Ambiente, órgãos de gestão ambiental, unidades de conservação e preservação do meio ambiente, projetos sociais, zoológicos, museus, Centros de Ciências, etc.

No setor privado, por exemplo, educadores(as) ambientais podem trabalhar em indústrias, empresas na área de meio ambiente, consultorias ambientais, auditorias e perícias ambientais, ou até como empreendedores(as) ambientais. E ainda tem o terceiro setor, como as organizações não governamentais (ONGs), os Institutos e as Associações de Meio Ambiente, dentre outros órgãos que também são responsáveis por muitos projetos de Educação Ambiental.

2.4 PRINCIPAIS FUNÇÕES LABORAIS DE EDUCADORES(AS) AMBIENTAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO DOS DIAS ATUAIS: UMA VISÃO PANORÂMICA

Tendo como base os campos de atuação profissional de educadores(as) ambientais mencionados anteriormente, torna-se mister elucidar, *a priori*, que na área de Educação Ambiental o desenvolvimento de estratégias favoráveis à relação harmônica e sustentável com o meio ambiente e a motivação para participar na sua melhoria em termos de conservação, preservação e sustentabilidade são princípios basilares a serem seguidos.

SCIENTIA RURAL

Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – CESCAGE

www.cescage.edu.br/publicacoes/scientiarural

19ª Ed./JAN-JUL/2019

ISSN 2178 – 3608

Nesse contexto, o papel do(a) educador(a) ambiental é, na concepção de Boschilia (2014), exatamente o de estimular e realizar uma intervenção positiva no meio ambiente, no ecossistema e na Natureza como um todo, tomando os devidos cuidados para não causar desequilíbrios ambientais nem tampouco interferir negativamente na constituição dos Reinos *Monera* (bactérias), *Protista* (protozoários e algas), *Fungi* (fungos), *Plantae ou Metaphyta* (vegetais) e *Animalia ou Metazoa* (animais – poríferos, cnidários, platelmintos, nematelmintos, anelídeos, artrópodes, moluscos, equinodermos e cordados).

Isto implica assegurar que todo(a) educador(a) ambiental deve seguir os princípios e objetivos discutidos, elaborados e aprovados, em 1977, na Primeira Conferência Intergovernamental de Tbilisi, realizada na Geórgia, na ex-URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), que orientam o desenvolvimento – *continuum* e permanente – da Educação Ambiental no mundo, quais sejam:

Sensibilização: Num primeiro momento, o educador ambiental atua para que indivíduos e grupos sociais adquiram consciência e sensibilidade em relação ao ambiente e aprendam a identificar problemas. Realização de trilhas e estudos do meio (urbano ou campestre) são atividades educativas que auxiliam o educador.

Conhecimento: Aspecto importante é a transmissão de conhecimentos. O educador propicia ao indivíduo uma compreensão básica do ambiente e seus problemas. A participação em palestras com especialistas ajuda a entender o contexto ambiental.

Formação de atitudes: Outro fundamento importante se refere à formação de atitudes favoráveis à relação com o meio ambiente e a motivação para participar na sua proteção e melhoria. [...] Em relação ao meio ambiente, o papel do educador ambiental é exatamente o de estimular e de motivar uma intervenção positiva.

Habilidades: Propicia condições para que as pessoas adquiram habilidades para a solução dos problemas ambientais. De acordo com as circunstâncias, o educador ensina como aproveitar partes dos alimentos que são jogados no lixo (casca, folhas, etc.) ou mostra como fazer compostagem e separação do lixo inorgânico para a reciclagem e coleta seletiva. É importante frisar que a Educação Ambiental deverá, além disso, abordar o problema do consumismo (de supérfluos, é claro), o desperdício, o papel da publicidade que incentiva o consumo, os interesses econômicos, etc.

Participação: Nesta fase, as pessoas são incentivadas a assumirem responsabilidades em escolas, no bairro, no edifício onde moram, na cidade, no país e no planeta em prol da melhoria da qualidade de vida das gerações atuais e futuras.

Capacidade de avaliação: O educador estimula a avaliação constante durante o processo, o que vai permitir a eficiente condução de projetos educativos. (PELICIONI; BADUE, 2018, p.1)

Em linhas gerais, cabe aos educadores e às educadoras ambientais a função de zelar ao máximo possível pela Natureza, seja desenvolvendo ações eficazes e eficientes para a não poluição do ar, da água e do solo; preparando e ministrando aulas, cursos, minicursos, palestras públicas e oficinas pedagógicas sobre Educação Ambiental; elaborando planos de ensino e implantando projetos educativos de cunho interdisciplinar em instituições de educação escolar e comunidades, a fim de garantir a conscientização para a preservação/conservação do meio ambiente e a sustentabilidade ambiental.

Além disso, entendemos ser profícuo que todo(a) educador(a) ambiental, sempre que possível, esteja participando, em nível nacional e/ou internacional, de diferentes eventos científicos na área de Educação Ambiental, tais como: congressos, simpósios, conferências, fóruns de debates, colóquios, mesas-redondas, palestras, cursos, oficinas temáticas, minicursos,

SCIENTIA RURAL

Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – CESCAGE

www.cescage.edu.br/publicacoes/scientiarural

19ª Ed./JAN-JUL/2019

ISSN 2178 – 3608

mostras científicas, exposições, Feiras de Ciências, *workshops*, encontros temáticos, dentre outros.

Ademais, é fundamental que educadores e educadoras ambientais também estejam sempre se atualizando na área de Educação Ambiental por meio da realização de leituras de livros acadêmico-científicos, panfletos, jornais, revistas científicas especializadas, ensaios e artigos científicos, monografias oriundas de cursos de especialização (pós-graduação *lato sensu*), dissertações de mestrado e teses de doutorado, pós-doutorado e livre-docência (pós-graduação *stricto sensu*).

No que tange especificamente ao trabalho didático-pedagógico em escolas/colégios de Educação Básica e instituições de Ensino Superior, compete ao(à) educador(a) ambiental, de acordo com a sua formação acadêmica inicial e/ou continuada, ministrar aulas das disciplinas curriculares de: Ciências, Biologia, Geografia, Biologia Educacional, Química, Física, Educação Ambiental, Empreendedorismo Ambiental, Auditoria e Perícia Ambiental, Marketing Ambiental, Fundamentos Teórico-Methodológicos do Ensino de Ciências e Biologia, Prática de Ensino em Educação Ambiental, Estágio Curricular Supervisionado em Ciências e Biologia, Gestão Ambiental, Meio Ambiente e Diversidade, Educação Ambiental e Sustentabilidade, dentre outras de cunho similar.

Sendo assim, consideramos ser de incumbência precípua dos(as) educadores(as) ambientais, no contexto de tais disciplinas curriculares, o desenvolvimento, num viés teórico-prático, de diferentes atividades (avaliativas e não avaliativas) concernentes à temática de Educação Ambiental, a saber: produção de textos, elaboração de ensaios e artigos científicos, construção de maquetes e móveis temáticos, exibição e discussão crítico-reflexiva de filmes/vídeos educativos e documentários temáticos, realização de visitas técnicas (“estudos do meio”), desenvolvimento de trabalhos sociais voluntários, criação de jogos didático-educativos, participação em campanhas sociais de combate à degradação ambiental, filiação às organizações não governamentais (ONGs) dedicadas à conservação e preservação da Natureza, etc.

Portanto, num viés essencialmente socioeducativo, as atribuições laborais de educadores e educadoras ambientais estão pautadas em:

[...] uma *metodologia de Educação Ambiental*, que propõe diferentes *ações orientadas ao meio natural* objetivando uma *vivência prática* com ênfase nos valores ambientais trabalhados em sala de aula. [...] Nesse sentido, o objetivo principal é criar uma afinidade da população com o meio natural, pelo *contato direcionado à Natureza* através de *atividades de sensibilização integradas ao meio*, buscando uma consequente *educação à preservação*. Por conseguinte, justifica-se o *trabalho com crianças desde a idade pré-escolar*, pois, criando-se uma afinidade com o meio natural já nessa idade, a aprendizagem dos conteúdos e conceitos de Educação Ambiental será facilitada nas seguintes fases do processo educativo. (RODRIGUES, 2009, p.11; destaques nossos)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pesquisadores adeptos da Teoria da Análise de Discurso (TAD), campo das Ciências da Linguagem cunhado no final da década de 1960 pelo pesquisador francês Michel Pêcheux (1938-1983) e que consiste em analisar a estrutura de um texto e, a partir disso, compreender as construções ideológicas presentes no mesmo (LEÃO BRASIL, 2011; ORLANDI, 2001), somos levados a afirmar, numa perspectiva de fechamento (e não de

SCIENTIA RURAL

Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – CESCAGE

www.cescage.edu.br/publicacoes/scientiarural

19ª Ed./JAN-JUL/2019

ISSN 2178 – 3608

encerramento!) que a temática trazida à baila neste artigo acadêmico-científico é, embora polêmica e complexa, deveras relevante, instigante e significativa para a atualidade, bem como para as áreas de Ciências Ambientais e Ciências da Educação.

As formações acadêmicas inicial e continuada de educadores(as) ambientais no Brasil do século XXI é um assunto que ainda necessita de muito debate, reflexão e análise, dada a existência de concepções divergentes a esse respeito.

Contudo, tendo como parâmetro norteador as principais incumbências e áreas de atuação profissional de educadores e educadoras ambientais, observa-se que a Educação Ambiental, especificamente no contexto da sociedade brasileira, consiste em um campo de trabalho e investigação científica que abrange inúmeras possibilidades; o que não significa que a Educação Ambiental possa ser considerada “qualquer coisa”. Afinal, os(as) educadores(as) ambientais devem ser movidos(as) por um objetivo maior: o de transformar o mundo em que vivemos, tornando-o social, econômica, geográfica e biologicamente sustentável.

Uma vez que essa não é uma tarefa fácil, não é fazendo “qualquer coisa” que alcançaremos tal objetivo. É preciso que os(as) educadores(as) ambientais tenham uma formação acadêmico-científica consistente, ampla, crítica, aberta ao novo, ao diálogo e aos diferentes saberes para que possam construir um mundo diferente, sustentável e justo para todos os seres que nele habitam.

Por esse motivo, a valorização dos(as) profissionais que atuam na área de Educação Ambiental necessita ser parte da luta militante de todas as pessoas (educadores, professores, biólogos, geógrafos, engenheiros florestais, agrônomos, juristas e sociedade em geral).

Cada vez mais a sustentabilidade e a conservação/preservação ambiental têm feito parte das agendas de governos, ONGs, empresas, igrejas e instituições educacionais. E essa tendência é crescente. Precisamos, pois, ocupar esses espaços para unir cada vez mais pessoas nesse movimento em prol do bem do planeta Terra, da Natureza, do meio ambiente e das gerações presentes e vindouras.

O convite está feito e o desafio já foi lançado!

Então, vamos juntos(as) nos engajar nesse movimento de *Educação Ambiental*?

Todavia, corroboramos com Gonçalves (2002, p.137) ao advogar que esse engajamento não deve ser realizado por imposição de outrém ou apenas por mero ‘capricho’ individual ou coletivo, uma vez que:

[...] encontra fundamento na chamada abordagem de *Ciência, tecnologia e sociedade* [...], tradição que valoriza o entendimento dos assuntos relativos à Natureza e seus nexos com problemas sociais, políticos e éticos. Ou seja, ao mesmo tempo que implica certo aprofundamento dos conteúdos específicos, procura revelar a importância dos assuntos tratados para propiciar o preparo da cidadania.

4 REFERÊNCIAS

ANDRADE, T. L. S. **As implicações dos desvios sintático-semânticos na produção textual.**

Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viiicnlf/anais/caderno03-04.html>>.

Acesso em: 21/02/2012.

SCIENTIA RURAL

Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – CESCAGE

www.cescage.edu.br/publicacoes/scientiarural

19ª Ed./JAN-JUL/2019

ISSN 2178 – 3608

BOSCHILIA, C. **Minimanual compacto de biologia: teoria e prática**. 2.ed. São Paulo: Rideel, 2014.

BOTH, I. J. **Avaliação do curso de Pedagogia face às necessidades do mercado de trabalho: o caso da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG**. Ponta Grossa: Imprensa Universitária, 1982.

BOTTI, S. H. O.; REGO, S. Preceptor, supervisor, tutor e mentor: quais são seus papéis? In: **Revista Brasileira de Educação Médica**. Brasília: Editora da UnB, v.32, n.3, p.363-373, set./dez., 2008.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos – v.20).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente e saúde**. Brasília: MEC/SEF, 1997. (Coleção Parâmetros curriculares nacionais – 1ª a 4ª série).

BUENO, F. S. **Dicionário filológico do Português**. São Paulo: Saraiva, 1966.

CRUZ, A. C. S. Interculturalidade e educação ambiental nas práticas pedagógicas para valorização da cultura. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**. Florianópolis: Editora da UFSC, p.1-11, jul./2017.

ECCO, I. **Educação: o que é isso?** Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/educacao-o-que-e-isso/120736>>. Acesso em: 23/04/2014.

GONÇALVES, P. W. Como ensinar geociências em ambiente de conflito religioso?: práticas e teoria reflexivas de uma professora do ensino fundamental em escola pública de Campinas – SP. In: UTSUMI, M. C. (Org.). **Entrelaçando saberes: contribuições para a formação de professores e as práticas escolares**. Florianópolis: Insular, p.133-158, 2002.

LEÃO BRASIL, L. Michel Pêcheux e a teoria da análise de discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. In: **Revista Linguagem: Estudos e Pesquisas**. Catalão: Editora da UFG, v.15, n.1, p.171-182, jan./jun., 2011.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental transformadora. In: LAYRARGUES, P. P. (Coord.). **Identities da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, p.76-88, 2004.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.

SCIENTIA RURAL

Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – CESCAGE

www.cescage.edu.br/publicacoes/scientiarural

19ª Ed./JAN-JUL/2019

ISSN 2178 – 3608

OLIVEIRA, J. F. A função social da educação e da escola pública: tensões, desafios e perspectivas. In: FERREIRA, E. B.; OLIVEIRA, D. A. (Orgs.). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, p.237-251, 2009.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 3.ed. Campinas: Editora Pontes, 2001.

PELICIONI, A.; BADUE, A. F. B. **Educação ambiental é processo permanente**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/equilibrio/equi20000908_eduprocessos.shtml>. Acesso em: 04/12/2018.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1997. (Coleção Questões da Nossa Época – v.41).

_____. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos – v.292).

RODRIGUES, C. Educação ambiental e estudos do meio: o papel do educador. In: **Revista Digital Efdeportes.com**. Buenos Aires: Editora Universitária, ano 13, v.1, n.128, p.11-13, jan./2009. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com>>. Acesso em: 05/03/2009.

SANTOS, M. P. Cursos intensivos de nivelamento na educação superior: uma ‘maquiagem pedagógica’? In: **Jornal de Educação Nota 10**. Curitiba, v.1, p.1-2, jan./2013. Disponível em: <<http://www.nota10.com.br>>. Acesso em: 30/01/2013.

ULHÔA, J. P. **Para discussão da revisão curricular dos cursos de Pedagogia e outras licenciaturas**. Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 1981.